



16º FÓRUM DE
GOVERNADORES
AMAZÔNIA LEGAL

RIO BRANCO/ACRE • 26 E 27 DE OUTUBRO DE 2017

Clipping de notícias



ESTADO DO ACRE

Clipping de notícias

1º Fórum em Belém (30 de maio de 2008)

Plano Amazônia Sustentável inclui 16 compromissos do governo federal

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursa durante o lançamento do Plano Amazônia Sustentável

Brasília - O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado hoje (8) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê a implementação de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira e engloba, ao todo, 16 compromissos assumidos pelo governo federal para colocar em prática ações emergenciais e estruturantes na região.

A abrangência territorial do PAS inclui os nove estados-membros da Amazônia Legal – Acre; Amapá; Amazonas; Pará; Rondônia; Roraima; Tocantins; Mato Grosso e parte do Maranhão – além de partes do estado de Goiás e do Distrito Federal. Estima-se que mais de 23 milhões de pessoas sejam atendida pelo plano.

Os 16 compromissos assumidos pelo governo são os seguintes:

Promover o desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.

Ampliar a presença democrática do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais.

Fortalecer os fóruns de diálogo intergovernamentais e esferas de governos estaduais para contribuir para uma maior integração regional, criando o Fórum dos Governadores da Amazônia Leal.

Garantir a soberania nacional, a integridade territorial e os interesses nacionais.

Fortalecer a integração do Brasil com os países sul-americanos amazônicos, fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamento do Mercosul.

Combater o desmatamento ilegal, garantir a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e mitigar as mudanças climáticas.

Promover a recuperação das áreas já desmatadas, com aumento da produtividade e recuperação florestal.

Implementar o zoneamento ecológico-econômico e acelerar a regularização fundiária.

Assegurar os direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e promover a equidade social, considerando gênero, geração, raça, classe social e etnia.

Aprimorar e ampliar o crédito e o apoio para as atividades e cadeias produtivas sustentáveis.

Incentivar e apoiar a pesquisa científica e a inovação tecnológica.

Reestruturar, ampliar e modernizar o sistema multimodal de transportes, o sistema de comunicação e a estrutura de abastecimento.

Promover a utilização sustentável das potencialidades energéticas e a expansão da infraestrutura de transmissão e distribuição, com ênfase em energias alternativas limpas e garantindo o acesso das populações locais.

Assegurar que as obras de infra-estrutura provoquem impactos socioambientais mínimos e promovam a melhoria das condições de governabilidade e da qualidade de vida das populações humanas nas respectivas áreas de influência.

Melhorar a qualidade e ampliar o acesso aos serviços públicos nas áreas urbanas e rurais.

Garantir políticas públicas de suporte ao desenvolvimento rural com enfoque nas dimensões da sustentabilidade econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial

Paula Laboissière

Repórter da Agência Brasil

Fonte: <http://www.guiasjp.com/noticias/meio-ambiente/plano+amazonia+sustentavel+inclui+16+compromissos+do+governo+federal/29864>

2º Fórum em Cuiabá (7 e 8 de agosto de 2008)

Acre participa do 2º Fórum de Governadores da Amazônia Legal

Adaildo Neto 07.08.2008 17:34

Encontro será nesta sexta-feira no Mato Grosso. Binho Marques está em Cuiabá e secretários de Planejamento da Amazônia realizaram reunião que precede ao fórum

O governador Binho Marques participa nesta sexta-feira, 8, da 2º reunião do Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, que será realizado das 10h às 17h no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá (MT). Nesta quinta-feira, 7, o secretário de Planejamento do Acre, Gilberto Siqueira, participou de reunião que precede o fórum de governadores.

Junto com colegas da área do planejamento de toda a Amazônia, Siqueira discutiu questões como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em saneamento básico e habitação, fortalecimento de órgãos como o Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Banco da Amazônia, além de pesquisas na região e o projeto Arco Verde.

A primeira edição do fórum de governadores ocorreu no final do mês de maio, em Belém (PA), com debates dos pontos de interesse comum aos Estados do Norte e prioritários

para cada região, como educação, saúde e saneamento; pesquisa e tecnologia; meio ambiente e questão fundiária; e cadeias produtivas e logística regional.

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Mato Grosso, as pesquisas em Ciência e Tecnologia na região devem ser ampliadas.

Fonte: <http://www.agencia.ac.gov.br/acre-participa-do-2-frum-de-governadores-da-amaznia-legal/>

3º Fórum em Manaus (13 e 14 de novembro de 2008)

III Fórum dos Governadores da Amazônia Legal será realizado em Manaus

O Estado do Amazonas sediará o III Fórum dos Governadores da Amazônia Legal no dia 14 de novembro deste ano. O evento, com a participação dos governadores dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, será realizado no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, de 10h às 13h, em Manaus, seguido da Reunião do Conselho da SUDAM com os governadores, das 15 às 18h no mesmo local.

No dia 13 de novembro, os secretários de Estado de Planejamento da Amazônia Legal estarão reunidos no Pré-Fórum, das 14 às 18h, também no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, para discutir temas ligados à temática do Desenvolvimento Sustentável.

O secretário de Planejamento do Estado do Amazonas (SEPLAN), Dênis Minev, acredita que o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal é possível com cooperação regional, nacional e internacional.

"A humanidade já dispõe da capacidade de alcançar o sucesso e a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável será amplamente debatido como forma de progresso que supre as necessidades e desejos da geração presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações", disse.

Segundo Minev também serão abordados temas como a valorização da floresta em pé. "Nossa proposta é instituir remuneração por serviços ambientais que chegue às populações que habitam e defendem a floresta, incentivar atividades sustentáveis na floresta e a reutilização de áreas degradadas, executar a regularização fundiária e zoneamento econômico, incentivar investimentos em educação, saúde, energia, transporte e comunicações e incentivar a produção de conhecimento, com a criação de tecnologias genuinamente amazônicas", explicou.

Outro ponto que será discutido será "a hidrovia do Purus que ligaria o Amazonas e Roraima até Rondônia e Acre, visando a melhoria na logística da região, fomentando investimentos em comunicação, transporte e energia, tais como piscicultura, manejo florestal e plantio em áreas degradadas", disse o secretário.

Fonte: <http://www.amazonas.am.gov.br/2008/10/iii-frum-dos-governadores-da-amaznia-legal-ser-realizado-em-manaus/>

4º Fórum em Boa Vista (13 de fevereiro de 2009)

Fórum de Governadores da Amazônia realiza quarta reunião em Roraima nesta sexta-feira

O secretário de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso, Yenês de Jesus Magalhães, já está em Boa Vista (RR) participando do Encontro de Secretários de Estado de áreas estratégicas da Amazônia Legal e representantes do Governo Federal. A reunião antecede o Fórum de Governadores, que ocorre nesta sexta-feira (13.02), a partir das 9h30, no Palácio Senador Hélio Campos, na capital roraimense.

Este será o 4º Fórum de Governadores da Amazônia Legal. O governador Blairo Maggi participa do evento, criado pelos chefes Executivos dos nove Estados para ser um espaço de articulação junto ao Governo Federal. Os secretários de Estado discutem uma agenda temática que tem como pauta o transporte aéreo regional, transporte rodoviário e hidroviário, regularização ambiental e fundiária, extrativismo e sistemas de produção e rumos da Política Indígena.

O Fórum de Governadores da Amazônia, criado em 2008 pelo Governo Federal, já se reuniu em Belém (PA), Cuiabá (MT) e Manaus (AM).

O evento desta sexta em Boa Vista terá três momentos: o 4º Fórum de Governadores, Reunião da Comissão Gestora do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Continuam os debates que buscam possíveis soluções aos principais problemas da região, que vão de regularização fundiária, licenciamento ambiental, recuperação de áreas degradadas e mecanismos de compensação, produção de biocombustível, políticas indígenas, funcionamento 24 horas de fronteiras vivas, livre movimentação, Ciência e Tecnologia, entre outros.

Aviação regional na Amazônia, estradas vicinais e transporte hidroviário também são temas em pauta durante o evento, principalmente a serem discutidas pela Comissão Gestoras do PAS, e ainda dois temas relacionados ao setor de transportes: racionalização das estradas vicinais na Amazônia e reestruturação do transporte aéreo regional - incentivos e regulamentação diferenciada

Participam do evento ainda, o ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e coordenador do PAS, Mangabeira Unger, secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, diretor do Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mauro Oliveira Pires; diretor do Departamento de Zoneamento Territorial, também do Ministério do Meio Ambiente, Roberto Vizentin, e representantes do Ministério da Justiça.

Fonte: <https://sefaz-mt.jusbrasil.com.br/noticias/778555/forum-de-governadores-da-amazonia-realiza-quarta-reuniao-em-roraima-nesta-sexta-feira>

5º Fórum de Palmas (26 de junho de 2009)

Tocantins sedia 5º Fórum de Governadores da Amazônia Legal

O Estado de Tocantins sedia hoje (26/6) dois eventos importantes para o desenvolvimento da região Amazônica: o 5º Fórum de Governadores da Amazônia Legal e a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condel/Sudam). No Palácio Araguaia, em Palmas (TO), vão se reunir os nove governadores da Amazônia Legal, além de ministros, palestrantes e representantes de ministérios.

A abertura do Condel/Sudam será às 8h30. Às 10h15 está previsto o início das atividades do Fórum de Governadores com os gestores dos Estados que compreendem a região da Amazônia Legal Roraima, Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Rondônia.

A reunião dos conselheiros da Sudam é para tratar da política de apoio à pesquisa de desenvolvimento de novas tecnologias; do andamento da elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e assuntos referentes ao Fundo Constitucional do Norte (FNO).

FÓRUM

Quanto ao fórum de governadores, que ocorre das 10h15 às 13h45, o objetivo é fortalecer a política de desenvolvimento sustentável. Para isso, serão discutidos mecanismos de cooperação regional, nacional e internacional que contemplem, por exemplo, a remuneração por serviços ambientais, investimentos em educação, saúde, energia, transporte e produção do conhecimento.

Durante o evento será realizada também a 3ª Reunião da Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável (CGPAS), presidida pelo ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. O evento conta ainda com a palestra “O Estágio Atual das Negociações Internacionais em Mudança de Clima”, do embaixador extraordinário de Mudanças Climáticas do Itamaraty, Sérgio Serra.

Outro tema apresentado no evento será “O Enfrentamento da Crise”, pelo subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. No fim do encontro, previsto para às 12h30, haverá debate entre os governadores.

O 5º Fórum vai produzir a Carta de Palmas, um documento elaborado durante o evento para nortear as ações dos respectivos estados. A carta será lida no fim do evento.

Fonte: <https://agrosoft.org.br/2009/06/26/tocantins-sedia-5o-forum-de-governadores-da-amazonia-legal/>

6º Fórum de Macapá (16 de outubro de 2009)

Governadores da Amazônia Legal aprovam Carta de Macapá

Macapá - Os governadores da Amazônia Legal decidiram desenvolver ações para incluir nos debates da 15ª Conferência do Clima (COP-15), que será realizada em dezembro, em Copenhague (Dinamarca), a redução de emissões provenientes de desflorestamento e degradação, como um mecanismo que compense o país financeiramente por isso. Essa é a principal das dez propostas da Carta de Macapá, aprovada hoje (16) durante o encerramento do 6º Fórum de Governadores da Amazônia Legal.

Para os governadores, os pagamentos por serviços ambientais são cruciais para o financiamento de investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, capacitação e apoio à produção. Com isso, eles esperam promover a transição do atual modelo econômico regional para uma economia sustentável, de baixo carbono e alto conteúdo tecnológico.

“A comunidade amazônica tem se esforçado, mas temos consciência de que o Brasil tem uma dívida ambiental centenária com a região e que começa a mudar com as políticas públicas ambientais”, disse o governador do Amapá, Waldez Góes.

Segundo o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que também participou do fórum, o governo federal e os governadores dos estados da Amazônia chegaram a um consenso sobre a necessidade de promover cada vez mais ações de preservação da Floresta Amazônica.

De acordo com Minc, os governos estão empenhados em mobilizar o Congresso Nacional para aprovar a decisão sobre a remuneração por serviços ambientais e a criação do Fundo Verde de Participação dos Estados (FPE Verde). “Selamos uma aliança entre o governo federal e os governos da Amazônia e vamos unidos e fortes para a COP-15, em Copenhague”, disse Minc.

Até 2020, o governo brasileiro quer reduzir em 80% o índice de desmatamento da Amazônia e diminuir de 20% a 40% as emissões de gás carbônico pelo país. O parâmetro para esses percentuais é uma atualização do inventário sobre emissões de gases de efeito estufa feito pelo Brasil em 2002, com base em dados de 1994.

“Queríamos levar o novo inventário que está sendo feito pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, mas como ele não ficará pronto em tempo hábil, vamos contar com o documento de atualização, com estimativas de reduções feitas pelo Ministério do Meio Ambiente, para a reunião da Cop-15”, acrescentou Minc.

O ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Daniel Vargas, acrescentou que a transição esperada pelos governadores da Amazônia já está em andamento. “Entendo que está em curso uma transição para um outro modelo ancorado em atividades econômicas intensivas, de alta tecnologia e valor agregado e que, com isso, acabe atribuindo mais valor à floresta em pé.”

7º Fórum de Porto Velho (12 de março de 2010)

Governadores da Amazônia Legal assinam "Carta de Porto Velho"

O VII Fórum de Governadores da Amazônia Legal reuniu nesta sexta-feira, dia 12, no hall do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, governadores e representantes dos nove estados que compõem a Amazônia Legal para discutir diretrizes e assinar a “Carta Porto Velho”. O Fórum foi conduzido pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol, e contou com a presença do vice-governador João Cahulla, do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi e o vice-governador João Alverto de Souza, governador de Tocantins Carlos Henrique Amorim, o vice-governador do Acre Carlos Cesar Correira, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, o vice-governador do Pará, Odair Correa, vice-governador do Amapá Pedro Paulo Dias, Valdir Maranhão, secretário de Ciência e Tecnologia, representando a governadora Roseana Sarney, o secretário do Ministro do Meio Ambiente, Egon Krakhecke, ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, subchefe de Assuntos Federativos da SRI, Olavo Noleto, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, além de outras autoridades que estiverem presentes durante o fórum.

Durante o evento foram firmados pactos federativos para o fortalecimento da região, visando o papel da Amazônia como fonte de desenvolvimento regional e nacional, através de mecanismos com sustentabilidade. “Se cada estado já tem um grande potencial sozinho, imagina se unirmos forças. Nada mais justo que trabalharmos juntos para o progresso da nossa região. Nosso propósito é diminuir a desigualdade regional”, afirmou Cassol.

Um dos pontos destacados na Carta foi a cobrança do I.C.M.S. Verde na geração, transmissão e distribuição de energia. “Nosso estado não pode ser visto apenas como produtor de energia, devemos ser compensados por isso. E a criação do I.C.M.S. Verde tem esse objetivo, valorizar o produto da Amazônia, de maneira justa”, declarou o governador de Rondônia.

A Carta contendo metas de melhorias para a Amazônia Legal foi lida e assinada ao final do Fórum. Dez prioridades foram definidas: O projeto Terra Legal, em especial seu modelo de implementação descentralizada; o macrozoneamento da Amazônia Legal; o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia; o Programa Minha Casa Minha Vida; o Desenvolvimento Econômico Regional; a Interlocação dos assuntos da Amazônia no Governo Federal; Assuntos Pendentes dos Fóruns Anteriores; Compromisso de liberação de recursos arrecadados pela Suframa; a PEC 315 – 2008 e Investimentos Estratégicos em infra-estrutura do Plano de Aceleração do Crescimento(PAC).

Assinatura de convênios

Durante o VII Fórum de Governadores da Amazônia Legal foi celebrado um convênio entre o Governo de Rondônia e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O termo foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, o governador do Estado, Ivo Cassol, o secretário estadual de Agricultura, Carlos Magno, o secretário executivo da Emater, Sorrival de Lima, e o superintendente nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, José Raimundo Sepeda da Silva.

O Convênio tem como propósito a identificação e cadastro dos ocupantes e suas ocupações em terras públicas da União e o georreferenciamento das parcelas ocupadas. Para tanto, o Plano de Trabalho proposto no convênio irá contar com a participação ativa das instituições envolvidas. Ao MDA caberá conceder recursos financeiros orçados em R\$ 17, 1 milhões para a execução dos serviços. Deste valor, R\$ 7,3 milhões já foram empenhados. Já a contrapartida do Estado é de R\$ 1,7 milhão.

Conforme o secretário estadual de Agricultura, à Seagri caberá executar os serviços, junto com a Emater. Magno informou ainda que a grande meta do Governo de Rondônia é melhorar o planejamento da estrutura fundiária, através destes cadastros e demarcações. Ele ressaltou que “com o título da terra os beneficiários terão acesso às políticas públicas, como o direito à propriedade, ao crédito rural e aos serviços de assistência técnica e extensão rural”, enfatizou Magno.

Fonte: <http://www.rondoniagora.com/geral/governadores-da-amazonia-legal-assinam-34-carta-de-porto-velho-34>

8º Fórum

9º Fórum

10º Fórum de Cuiabá (29 de maio de 2015)

Governadores de MT e 8 estados da Amazônia assinam 'Carta de Cuiabá'

Documento deverá ser encaminhado à Presidente Dilma Rousseff (PT). Texto reúne reivindicações e propostas dos estados da Amazônia Legal.

Governadores e vice-governadores dos nove estados da Amazônia Legal assinaram na tarde desta sexta-feira (29), na capital mato-grossense, a “Carta de Cuiabá”, documento que lança uma série de seis reivindicações do bloco amazônico por mais investimentos e por maior proteção ao patrimônio natural da região. Além de Mato Grosso, compõem a Amazônia Legal os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O texto ainda deverá ser entregue à presidente Dilma Rousseff (PT).

A assinatura da Carta de Cuiabá encerrou o 10º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, iniciativa que também tenta consolidar a agenda comum do bloco de estados no âmbito internacional visando as discussões de metas ambientais que deverão estar em pauta na próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 21, a ser realizada em Paris ainda este ano. A íntegra da Carta de Cuiabá está disponível no site do governo de Mato Grosso.

Como resumiu o governador mato-grossense Pedro Taques (PDT), a reunião do fórum e a assinatura da carta são uma “força-tarefa” da Amazônia Legal. “Nós queremos ser ouvidos”, enfatizou. Já o vice-governador do estado de Rondônia, Daniel Pereira (PSB), caracterizou a iniciativa como uma tentativa de integração do bloco regional. “O problema é que nós vivemos aqui na Amazônia de costas um para o outro”, refletiu.

Investimentos na Amazônia

No manifesto assinado por Taques e por oito governadores e vice-governadores vizinhos, os estados defendem o direito de receberem investimentos nacionais e estrangeiros em compensação pelas reduções de desmatamento e de emissão de gases poluentes conquistadas nos últimos anos.

“Atingir essas reduções custa caro e, atualmente, esses custos estão sendo pagos quase que unicamente com orçamento público dos governos municipais, estaduais e federal, além de esforços individuais de produtores rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas de nossa região amazônica. No entanto, já atingimos o limite máximo em nossa capacidade de investimento orçamentário, particularmente no atual momento da economia brasileira”, protesta o documento.

Alguns dos investimentos a que a Carta de Cuiabá se refere são aqueles que podem ser obtidos por meio do sistema REDD+, que prevê a geração de créditos conforme a redução do volume de gases poluentes à atmosfera. Os créditos são pagos por países poluentes que precisam compensar suas emissões excessivas.

“Nós [Mato Grosso] reduzimos cerca de dois bilhões de toneladas de carbono em razão do desmatamento que foi evitado nos últimos dez anos. Se você considerar que uma tonelada custa no mercado cerca de US\$ 5,00, então nós temos hoje, para negociar no

mercado internacional, cerca de R\$ 30 bilhões, fora o potencial que nós temos nas reduções até 2020. Nós temos créditos consideráveis a serem resgatados no exterior”, defendeu a secretária de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Ana Luisa Peterlini.

BNDES

Na carta os estados também pedem que o governo federal apoie os estados na busca individual de recursos estrangeiros para investimentos em iniciativas sustentáveis e também exige alterações em critérios de destinação da verba obtida por meio do REDD+.

O principal ponto neste sentido é a alteração do decreto de 2008 que autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) a operar o Fundo Amazônia, que recebe recursos oriundos da compensação de carbono regulamentada pelo REDD+. No decreto, os estados que assinam a Carta de Cuiabá pedem que o termo “Bioma Amazônico” seja substituído por “Amazônia Legal”.

A mudança terminológica dentro do decreto deverá dar maior abrangência à distribuição de recursos do Fundo Amazônia, permitindo que cidades desses estados, embora não necessariamente localizadas dentro da área do bioma, recebam financiamento de projetos.

Fonte: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/05/governadores-de-mt-e-8-estados-da-amazonia-assinam-carta-de-cuiaba.html>

11º Fórum de Manaus (24 de julho de 2015)

'Carta Manaus' vai reunir solicitações de governadores da Amazônia

Fórum reúne governadores dos 9 estados que compõem Amazônia Legal. Grupo encaminhará propostas de acesso aos recursos de fundos nacionais.

Os governadores dos estados que integram a Amazônia Legal cobraram maior participação nas decisões sobre ajustes fiscais e repasses de recursos federais. Medidas adotadas pela Presidência da República foram alvo de críticas dos representantes dos nove estados, durante o 11º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizado em Manaus, nesta sexta-feira (24). Temas discutidos serão reunidos no documento "Carta de Manaus", que será compartilhado entre os estados da região e encaminhado ao Governo Federal.

O governador do Amazonas, José Melo (PROS), disse que os chefes dos executivos estaduais da região amazônica querem participar mais efetivamente não só na resolução dos problemas, mas na formulação das políticas que objetivam resolver essas dificuldades. A falta de diálogo do pacto federativo é a principal insatisfação dos governadores da região.

"Queremos a participação mais efetiva dos governadores do Brasil e da Amazônia Legal nas decisões nacionais, no momento que se discute o ajuste fiscal, mas também no momento que se descubra os mecanismos financeiros para que o país volte a crescer novamente. A crise financeira não se resolve com decretos e com participação de apenas um ente. Não adianta fazer ajuste fiscal em um gabinete fechado", afirmou Melo.

A eficiência do pacote de ajustes fiscais do governo federal também foi questionada pelo governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo Dino, é preciso flexibilizar a agenda de cortes econômicos. "Primeiro é preciso flexibilizar a subida dos juros e em segundo lugar o corte de gastos públicos. Se os juros continuam a subir e as despesas públicas se retraem, se produz essa recessão de menos por cento do PIB. O efeito disso é a queda da arrecadação dos entes federados e uma agenda ainda mais recessiva", comentou o governador do Maranhão.

Para o governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), há uma necessidade da repactuação da federação. "O pacto federativo não é simplesmente uma junção de palavras. Não dá para desconsiderar o protagonismo dos governos estaduais. No momento de crise econômica e política, os governadores não podem ser espectadores ou apenas atores que recebem o resultado do que é decidido pelo governo federal", ressaltou Jatene.

O vice-governador do Amapá, Papaléo Paes (PP), comentou que é preciso fazer cumprir o pacto federativo. "Nós, os estados, não podemos mais receber só as ordens e determinações e direcionamentos porque nos nossos estados nós formulamos e adequamos as regras econômicas para que possamos ter uma condição de administração adequada", enfatizou.

Ainda durante o Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, a governadora de Roraima, Suely Campos (PP) comentou que o estado enfrenta barreiras e entraves impostos pelo governo federal.

"Roraima tem uma economia frágil com apenas 0,2% de participação no PIB nacional, sendo dependente de repasses federais e 50,7% do nosso PIB vem do funcionalismo público. Por outro lado Roraima contribui fortemente na preservação ambiental do Brasil com dois terços do seu território protegido. Só sobra menos de 10% do seu território para produção agropecuária. Para completar a transferência das terras da União para Roraima ainda não se consolidou passados 26 anos da criação do estado. Que pacto federativo é esse que nós condena a pobreza?", reclamou a governadora.

O fórum reuniu ainda os governadores do Acre, Sebastião Viana (PT); do Mato Grosso, Pedro Taques (PDT); de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB); de Tocantins, Marcelo Miranda (PMDB).

Discussões

Os governadores irão discutir temas nas áreas ambiental, tributária, de desenvolvimento econômico, saúde e educação. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e o ministro chefe de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, participam do evento durante à tarde.

Com presença dos ministros o grupo de governadores pretende cobrar acesso aos recursos financeiros de fundos nacionais.

As propostas e encaminhamentos para os temas discutidos serão reunidos no documento Carta de Manaus, que será compartilhado entre os estados da região e encaminhado ao Governo Federal.

Na área de saúde, a Carta de Manaus vai propor correção de repasses financeiros para os estados da região Norte em serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, que testariam abaixo da média nacional. Para educação, os governos estaduais pedem a liberação imediata para a aplicação dos recursos de todos os projetos e programas já aprovados em esfera federal e contingenciados, por motivos diversos, em especial aqueles relacionados ao Programa de Ação Articuladas do Governo Federal (PAR Federal).

Os governadores também defenderão, na Carta de Manaus, mais investimentos em obras de infraestrutura, principalmente no que diz respeito à criação de novos modais de transporte que possam auxiliar no escoamento da produção econômica da região. Outro tema citado no documento envolve o apoio ao Projeto de Lei 01/2013, nos termos das alterações do convênio 70/2014, apresentado pela Presidência da República, que trata da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Na área ambiental, os governadores amazônicos buscam alinhamento com a agenda do Governo Federal em temas como a fiscalização ambiental, o combate ao desmatamento e a estratégia nacional de REED+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), que prevê compensações financeiras por medidas de diminuição nas emissões de gases do efeito estufa.

Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/07/carta-manaus-vai-reunir-solicitacoes-de-governadores-da-amazonia.html>

12º Fórum de Belém (20 de novembro de 2015)

Fórum anuncia criação do Conselho de Governadores da Amazônia Legal

Em 20/11/2015 às 11:57

Durante a abertura do 12º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que acontece no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia em Belém, no Pará, foi anunciada a criação do Conselho de Governadores da Amazônia Legal. A governadora Suely Campos está presente no evento.

A informação foi dada pelo anfitrião do encontro, o governador do Pará, Simão Jatene, para fortalecer os estados nos aspectos político, econômico, social e ambiental. A decisão foi tomada em reunião fechada com a presença dos nove governadores antes do início do evento.

Segundo a governadora Suely Campos, esse conselho concretiza a união que os governantes da Amazônia vêm sedimentando desde o início do ano, para que o Brasil

possa implementar uma efetiva política de desenvolvimento sustentável para a região, e não uma política voltada exclusivamente para a conservação do bioma.

O detalhamento do funcionamento desse conselho será definido durante o fórum, previsto para encerrar no final da tarde desta sexta-feira.

ENCONTRO

Este é o terceiro encontro realizado este ano, em busca de solução para problemas comuns à região.

A compensação financeira pela redução do desmatamento na Amazônia é o principal tema da pauta, que vai tratar ainda da repactuação da Agenda Criança Amazônia e da participação dos estados da Amazônia na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 21), em Paris, no mês de dezembro. Essa convenção vai definir o novo acordo climático mundial.

Antes da abertura do Fórum, os secretários de Meio Ambiente se reuniram para minutar a Carta de Belém, documento que será assinado pelos governadores, ao final do fórum. Uma das propostas, segundo o diretor da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh), Rogério Campos, é a criação de um fundo da Amazônia para captação de recursos nacionais e internacionais para viabilizar a política ambiental e desenvolvimento sustentável da região.

Os secretários de ação social também tiveram encontros prévios para finalizar a pactuação da Agenda Criança Amazônia. Segundo a secretária-adjunta da Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), Analice Monteiro, um dos destaques é a implantação do fórum da criança Amazônia para fortalecer a agenda, com os sete compromissos que os governadores assinarão logo mais.

Com informações da Secom

Fonte: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Forum-anuncia-criacao-do-Conselho-de-Governadores-da-Amazonia-Legal/11705>

Governadores da Amazônia assinam pacto pela infância

Governos estaduais atuarão com o UNICEF para enfrentar desigualdades que afetam crianças e adolescentes da região

Belém, 20 de novembro de 2015 – Nesta sexta-feira, Dia Universal da Criança, os nove governadores dos Estados da Amazônia Legal brasileira assinaram um pacto em favor da infância e adolescência. A assinatura do acordo aconteceu durante o 12º Fórum de Governadores da Amazônia, em Belém (Pará).

Com a assinatura do pacto, os governos estaduais atuarão em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para enfrentar desigualdades que afetam crianças e adolescentes da região.

Por meio do acordo, os governadores assumiram sete compromissos relacionados às áreas de educação, saúde e proteção, com base no documento Agenda pela Infância, do UNICEF.

As ações serão acompanhadas por meio de indicadores e realizadas pelos gestores do Fórum Integrado de Secretários da Amazônia. O grupo foi criado nesta quinta-feira (19), em Belém, e é formado por secretários de Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Direitos Humanos.

Desigualdades na Amazônia – Na Amazônia Legal brasileira vivem cerca de 9,6 milhões de crianças e adolescentes, cerca de 35% da população total da região. Mais de 50% deles vivem em famílias pobres.

Com o pacto, os governos estaduais se comprometem a enfrentar desafios como:

Homicídios de adolescentes: Dados de 2013 revelam que, por dia, quatro crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio na Amazônia. Esses 1.597 assassinatos representam 14% dos homicídios de brasileiros de até 19 anos registrados no País no mesmo período (Ministério da Saúde/SIM, 2013).

Mortalidade materna: Na Amazônia Legal, mulheres negras têm quatro vezes mais risco de morrer durante a gestação se comparado com a média nacional. No caso de mulheres indígenas, o risco é duas vezes maior. (Ministério da Saúde, Saúde Brasil, 2013)

Mortalidade infantil: A maioria das crianças indígenas vive na Amazônia. No Brasil, elas têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar 1 ano do que as outras crianças no País. Esse risco chega a ser oito vezes maior do que a média nacional no Distrito Sanitário Indígena Yanomami (Ministério da Saúde, Sesai, 2010), uma taxa comparada com a de países como Afeganistão.

Sub-registro civil de nascimento: Na Região Norte, 18% das crianças ainda são invisíveis aos olhos do Estado. No resto do País, esse percentual é de 5%. (IBGE – Estatísticas do Registro Civil, 2013)

Exclusão escolar: Na Região Norte, 10% das crianças e dos adolescentes em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos) estão fora da escola, o que equivale a mais de 950 mil meninos e meninas dessa faixa etária. (Pnad, 2013)

Fonte: https://www.unicef.org/brazil/pt/media_31633.html

13º Fórum de Macapá (26 e 27 de janeiro de 2017)

Governadores aprovam Consórcio entre estados amazônicos e apresentam Carta do Amapá

27/01/2017 - Suzana Barros /Governo do Tocantins

Governador ressaltou que a Carta do Amapá “chega num momento oportuno”, uma vez que não apenas os debates foram fundamentais, mas também a sensibilidade do Governo Federal em ser parceiro dos estados

Dois documentos tiveram destaque na pauta do 13º Fórum de Governadores da Amazônia Legal: o que determina a criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e a redação final da Carta do Amapá. A aprovação destes é resultado do empenho dos governadores do Fórum e secretários estaduais nas áreas da Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança Pública. O evento aconteceu em Macapá (AP), dias 26 e 27.

O consenso na redação e aprovação desses dois documentos deve representar uma base para as futuras ações do Fórum. Segundo o governador Marcelo Miranda, o Consórcio tem a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia Legal. "De maneira harmônica e economicamente sustentável, pretendemos promover a integração e o fortalecimento desta região, suas florestas, povo, cultura e biodiversidade, objetivando, também, perseguir nosso compromisso com a economia de baixo carbono".

Marcelo Miranda fez uma avaliação positiva do encontro. “Os temas aqui debatidos mexem com toda a estrutura governamental. Aumentam nossa responsabilidade quando se fala em criança e adolescente, quando se discute a questão do meio ambiente da Amazônia, a saúde; mas um dos temas centrais foi a questão da segurança pública. Tema desafiador para qualquer gestor público, onde se inserem todos os poderes constituídos, e a sociedade como um todo”, disse.

Carta do Amapá

O governador ressaltou que a Carta do Amapá “chega num momento oportuno”, uma vez que não apenas os debates foram fundamentais, mas também a sensibilidade do Governo Federal em ser parceiro dos estados. “Então eu vejo que a forma como está sendo conduzido o Fórum e, agora, com a criação do Consórcio da Amazônia, vamos melhorar e facilitar o trabalho de outros projetos importantes para a nação brasileira, e, principalmente, para a Amazônia”, pontuou.

Na Carta do Amapá, que será enviada a autoridades federais, os governos dos Estados Amazônicos listam as problemáticas comuns e políticas públicas a serem desenvolvidas em conjunto. O objetivo é fortalecer o desenvolvimento da Amazônia e pleitear maiores esforços nos seguintes setores: habitação, saneamento, saúde, educação, segurança, ação social, meio ambiente, dentre outros.

Consórcio

De natureza jurídica e de direito público, a atuação do Consórcio abrange toda a extensão territorial dos entes federativos associados: além do Tocantins, os estados do Amapá, Pará, Amazonas, Maranhão, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Roraima.

Presenças

Participaram da 13ª edição do Fórum dos Governadores da Amazônia Legal: Marcelo Miranda (TO), Waldez Góes (AP), Simão Jatene (PA), José Melo (AM), Flávio Dino (MA), Suely Campos (RR), Tião Viana (AC), e Confúcio Moura (RO). Pedro Taques, do Mato Grosso, está representado pelo secretário adjunto do Meio Ambiente, Alex Marega.

Representando o Tocantins, participaram do Fórum a secretária de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Luzimeire Carreiro; a secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social (Setas), Patrícia do Amaral; a secretária da Cidadania e Justiça (Seciju), Gleidy Braga; e o subsecretário de Segurança Pública, Absair Paniago.

Fonte: <http://to.gov.br/noticia/2017/1/27/governadores-aprovam-consorcio-entre-estados-amazonicos-e-apresentam-carta-do-amapa/>

14º Fórum de Porto Velho (4 e 5 de maio de 2017)

14º Fórum de Governadores da Amazônia consolida acordos importantes para a região

O último dia da 14ª edição do Fórum de Governadores da Amazônia foi decisivo para todos os nove chefes de Estado. Acordos importantes nas áreas de segurança, meio ambiente, comunicação e desenvolvimento foram fechados. O maior deles diz respeito à criação do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, um organismo de cooperação técnica que vai reunir os representantes dos estados.

O governador Tião Viana avaliou como fundamental a união dos estados que formam a Amazônia Brasileira no atual momento econômico e político pelo qual passa o país.

“O Brasil tem muitos gargalos que precisam ser enfrentados pelo poder público, e a segurança é um deles. Nós não temos uma força-tarefa ou um sistema nacional de segurança pública, e isso é um problema gravíssimo. Nossa união é primordial para enfrentar e vencer os desafios”, afirmou o governador do Acre.

Carta de Porto Velho

Ao fim do 14º Fórum, os governadores da Amazônia Legal assinaram a Carta de Porto Velho. O documento oficializa todas as decisões tomadas pelos gestores para o desenvolvimento sustentável da região.

Na carta, Confúcio Moura (RO), Tião Viana (AC), Waldez Góes (AP), Simão Jatene (PA), Suely Campos (RR), Marcelo Miranda (TO), Carlos Fávaro (governador em exercício do MT), Jorge Nascimento (secretário de Planejamento do AM) e Carlos

Orleans (vice-governador do MA) se comprometem envidar esforços para o cumprimento de todas as metas estabelecidas.

Confira as reivindicações

O fórum foi o espaço no qual os gestores puderam cobrar investimentos do governo federal. Os governadores aproveitaram a presença do ministro do Turismo, Marx Beltrão, para reivindicar novas rotas aéreas que possam integrar a Amazônia e diminuir o preço das passagens.

“Temos o que mostrar. Precisamos de um modelo de aviação regional integrada funcionando dentro da Amazônia, interligando comunidades e pessoas, aliando os movimentos interno e externo. Precisamos vencer essa crise com boas iniciativas”, disse Tião Viana.

Meio Ambiente

As propostas apresentadas pelo setor, durante o encontro, giraram em torno da construção de uma agenda integrada positiva rumo ao desenvolvimento sustentável e que garanta qualidade de vida para os habitantes da floresta.

Edegard de Deus, secretário de Meio Ambiente do Acre destacou os avanços do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o início do Programa de Regularização Fundiária (PRA). “O Acre quer combater o desmatamento, mas coloca alternativas para o produtor. As pessoas podem usufruir dos recursos que floresta dispõe de maneira mais consciente. Nós precisamos oportunizar essa mudança”, disse Edegard de Deus.

A diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (IMC), Magaly Medeiros, destacou que o pioneirismo do Acre na preservação dos recursos ambientais qualifica o Estado junto a instituições internacionais que tenham interesse em financiar suas atividades. “Precisamos elaborar um programa para toda a região que garanta um novo modelo de desenvolvimento. Dessa forma nós contribuimos para a redução da emissão dos gases do efeito estufa e o aquecimento global”, afirmou.

Turismo

Os secretários, governadores e equipe técnica puderam acompanhar o lançamento oficial da campanha Brasil + Turismo, Amazônia. As cinco peças publicitárias apresentadas pelo ministro Marx Beltrão passam a ser exibidas em rede nacional ainda este mês.

“Estamos fazendo campanhas regionais. Fizemos no Nordeste, Sudeste, faremos no Sul e hoje lançamos a da Amazônia. Nós entendemos que a região precisa ser conhecida por todos”, disse Beltrão.

A cadeia produtiva do turismo movimenta 52 atividades comerciais e, segundo o governo federal, representa 4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

“O Norte nunca teve uma campanha dessa magnitude. Estamos falando de 20 milhões de reais em investimentos em várias mídias. Isso gera um impacto positivo, pois promoção

é essencial para que o turismo aconteça”, lembrou a gestora da pasta no Acre, Rachel Moreira.

Segurança Pública

Os secretários de Segurança da Amazônia Legal se reuniram para tratar da vigilância nas áreas de fronteira. Os estados estão em uma área sensível e importante para o país. Vários acordos operacionais e de inteligência foram formalizados.

Emylson Farias destacou a falta de investimentos públicos nos estados da Amazônia por parte do ministério da Justiça. “Precisamos de um apoio efetivo nas fronteiras. Cuidar da população é um dever de todos. O momento é de pactuarmos ações no sentido de que a União possa financiar os Estados, que são efetivamente os cumpridores da lei”, disse o secretário.

Fonte: <http://www.agencia.ac.gov.br/14-forum-de-governadores-da-amazonia-consolida-acordos-importantes-para-regiao/>

15º Fórum de Cuiabá (10 e 11 de agosto de 2017)

Governadores da Amazônia Legal pactuam a Carta de Cuiabá

No documento, constam pautas pertinentes a meio ambiente, segurança, comunicação pública e consórcio interestadual.

Nesta sexta-feira, 11, governadores dos nove Estados da Amazônia Legal reuniram-se na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, para dialogar e dar encaminhamentos a ações e políticas públicas com vistas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Demandas pertinentes ao bloco amazônico foram amplamente discutidas em reuniões técnicas no primeiro dia de evento, por gestores estaduais das áreas de meio ambiente, segurança e comunicação pública e Consórcio Interestadual compõem a Carta de Cuiabá, documento pactuado e assinado pelos representantes dos Estados presentes.

Na carta estão contidos itens que serão tratados como prioridade nos diálogos entre os Estados e também com a União, a fim de que o apoio e as ações do governo federal sejam cada vez mais eficazes em benefício da Amazônia Legal.

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável

A carta prevê a criação de um Comitê Executivo Articulador, que terá um representante de cada Estado, para a consolidação das linhas estratégicas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável, que surgiu em Macapá, capital que sediou a 13ª edição do Fórum, e foi oficializado na edição seguinte, que ocorreu em Porto Velho (RO), no mês de maio, com a assinatura da minuta do protocolo de intenções.

O consórcio, assim que consolidado, possibilitará aos membros da Amazônia Legal firmarem diversos tipos de cooperações, desde convênios a aquisições públicas com demandas em comum.

Para que seja de fato implementado, é necessária a aprovação de 2/3 dos Legislativos dos Estados signatários, que totalizam 9.

O Amapá já conseguiu a autorização do Legislativo para compor o consórcio. O projeto foi aprovado pela Assembleia amapaense em julho. Mato Grosso, Rondônia e Acre também já autorizaram.

Tocantins, Maranhão e Amazonas já protocolaram o projeto nas respectivas Casas de Leis e aguardam apreciação, que deve ser concluída em até 20 dias. Pará e Roraima ainda precisam protocolar os pedidos nas respectivas Assembleias Legislativas.

O governador de Mato Grosso, Pedro Taques, mencionou que este consórcio segue o modelo do Brasil Central, e que “dará legalidade aos membros da Amazônia Legal de fazer aportes financeiros ao consórcio, mediante sua natureza jurídica. Ainda, nos possibilitará fazer acordos com instituições internacionais para resolver as problemáticas locais”, pontuou.

Meio Ambiente

A carta trata ainda da urgente necessidade de resoluções de problemas ambientais pertinentes à maioria dos Estados, como a criação de um Programa Especial de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, visando a proteção, revitalização e controle da contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos urbanos. Para isso, serão buscados recursos da Agência Nacional de Águas (ANA) e outras instituições.

Também foi designada a construção de um Plano de Ação Integrado que priorize as estratégias de inteligência, monitoramento, fiscalização, mobilização de recursos, tecnologia e cooperação entre os diversos entes federados e instituições envolvidas.

Também consta no documento a realização do “Amazon Day”, evento que será liderado pelos Estados da Amazônia Legal e que ocorrerá em 14 de novembro, na Alemanha, contando com o apoio dos governos federais dos dois países. No evento, os membros do bloco amazônico apresentarão as ações e resultados de políticas de equilíbrio climático e economia de baixo carbono. A iniciativa objetiva, ainda, potencializar parcerias existentes e estabelecer novas, inclusive a nível internacional, na busca destes objetivos.

O evento acontecerá enquanto estiver ocorrendo a 23ª edição da Conferência Mundial de Clima (COP23) da ONU, que segue de 6 a 17 de novembro.

Segurança Pública

Dentre as prioridades no âmbito da segurança pública, a carta propõe o reforço na segurança das fronteiras da Amazônia. O vice-governador do Amapá, Papaléo Paes, mencionou a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa como exemplo, destacando que esta preocupação é compartilhada pelos demais Estados. “A Amazônia serve de trajetória para o resto do mundo. Neste sentido, o narcotráfico e demais problemas inerentes às fronteiras devem ser urgentemente combatidos. Juntos, conseguiremos um combate mais forte e eficaz”, considerou.

Cooperação na área de Tecnologia da Informação; Ações integradas de enfrentamento aos crimes ambientais e de conflitos agrários e outras metas foram estabelecidas quanto à segurança pública.

No âmbito da comunicação, foi designada a criação de uma plataforma integrada alimentada pelas nove Secretarias de Comunicação dos Estados da Amazônia Legal, que servirá, em breve, como fonte de vasta informação sobre a região amazônica e as políticas públicas ambientais nela desenvolvida. Esta deve ser implantada em até 60 dias.

Próxima edição

Os gestores definiram, ainda, que o 16º Fórum de Governadores da Amazônia Legal acontecerá nos dias 26 e 27 de outubro, em Rio Branco, no Acre.

Fonte: <https://www.amapa.gov.br/noticia/1108/governadores-da-amazonia-legal-pactua-a-carta-de-cuiaba>